PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS

Comitê de Governança e Gestão Estratégica

Ata da 2ª reunião do CGE do ano de 2022.

Ao 15º (décimo quinto) dia do mês de agosto de 2022 (dois mil e vinte e dois), presencialmente, reuniram-se os membros do Comitê de Governança e Gestão Estratégica (CGE), magistrados e convidados para a Reunião de Análise da Estratégia (RAE). Estiveram presentes: Presidente do Comitê, Des. Klever Rêgo Loureiro, Dr. Antônio Rafael Wanderley Casado da Silva, Juiz Auxiliar da Presidência; Dr. Alexandre Lenine De Jesus Pereira; Dr. Filipe Lobo Gomes, Procurador-Geral do Tribunal de Justiça de Alagoas;Ewerton Gabriel Protazio de Oliveira, Secretário Especial da Presidência; Renato Barbosa Pedrosa, Diretor da DICONF; Magno Vitório de Farias Fragoso, representante da Corregedoria-Geral da Justiça; Clóvis Gomes da Silva Correia, Assessor-Chefe da APMP; Inara Francoyse de Souza Pereira, da APMP; e Amós Henrique Alves de Araújo, da APMP, secretariando. Adiante subscrevem conforme os assuntos seguintes que foram debatidos e deliberados: **1)** Presidente abriu a reunião. **2)** Clóvis Gomes iniciou a apresentação falando sobre o Prêmio CNJ de qualidade. Informou sobre a totalidade de pontos dos Eixos. Demonstrou as pontuações equivalentes para as devidas premiações. Apresentou o total estimado de pontuação do TJAL, que é de 50,91% do total dos pontos. Fez breve resumo sobre o que cada Eixo tem como conceito. Demonstrou que o Eixo da Produtividade é o Eixo com a menor pontuação estimada. Discutiu pontos do Eixo dos Dados e Tecnologia. Magno Vitório prestou informações sobre configurações do PDPJ relativo aos sistemas SAJ. Informou que o SG5 está conseguindo ter entrada, mas que o PG5 não está sendo possível no momento. Falou sobre os problemas existentes no cadastro do TJAL. Falou sobre movimentações existentes no TJAL e que não existem no CNJ. Clóvis Gomes falou que ao entrar em contato com o CNJ para saber se iria haver avaliação pelo Codex ou não, que foi informado se primeiro estavam sendo cumpridos os requisitos para poder ser avaliado a partir do Codex. Magno Vitório falou sobre a falta de contabilização de dados nos CEJUSCs pré processuais. Inara Francoyse citou a problemática das movimentações locais. Magno Vitório explicou sobre o procedimento existente nessas movimentações locais. Apontou que os CEJUSCs do Poder Judiciário de Alagoas não possuem essas movimentações por estes serem redistribuição entre Varas. Dessa forma, os processos que estão indo aos CEJUSCs estão saindo da contagem dos processos e que reaparecem conforme seus trâmites. Dr. Antônio Rafael questionou quanto o TJAL estaria pontuando no item de conciliação e Clóvis Gomes informou que não está havendo pontuação devido essa situação. Clóvis Gomes falou sobre a necessidade de avanço nos Eixo de Produtividade e no Eixo de Dados e Tecnologia. Falou novamente sobre a pontuação estimada, de 50,91% dos pontos. Dr. Alexandre Lenine questionou se esse era o melhor cenário e Clóvis Gomes confirmou que sim. **3)**Passada a palavra para Inara Francoyse, que iniciou apresentação acerca dos dados de produtividade do 1º semestre de 2022. Informou comparativos entre o primeiro semestre de 2022 e o primeiro semestre de 2021. Iniciou pelos casos novos. Apontou aumento no 1º grau e no 2º grau. Passou para os casos baixados, que teve aumento com relação a 2021. Informou o IAD (Índice de Atendimento à Demanda), que também teve aumento com relação a 2021. Casos pendentes houve aumento no 1º grau e redução no 2º grau. Taxa de congestionamento teve

redução com relação a 2021. Sentenças e decisõesapresentaram elevação no quantitativo. Sentenças e decisões homologatórias também apresentou aumento nos totais. Índice de conciliação teve aumento também. Passou aos dados quanto ao Prêmio CNJ de Qualidade. Apresentou a baixa dos dados para uma estimativa do IPC-Jus. Falou sobre sugestão de metas de processos baixados. Magno Vitório falou sobre as baixas erradas. Discutiu-se sobre a baixa ideal para alcançar o mínimo do IPC-Jus. Passou para o item de redução de taxa de congestionamento líquida.Informou que pontua devido redução desta taxa. Informou sobre o tempo médio de duração dos processos pendentes líquidos, que o TJAL teve melhoria. Discutiu-se sobre questões do Juízo Proativo. Informou sobre as metas nacionais, sobre quais cumpriu e quais não cumpriu. Trouxe dados sobre vários requisitos de forma conjunta e suas devidas pontuações. Informou sobre o IAD em unidades judiciárias. Foi levantada breve discussão sobre a questão do 2º Grau, acerca da informação dos dados por gabinetes. Finalizada a reunião.

ANTONIO RAFAEL WANDERLEY CASADO DA SILVA:90240

Assinado de forma digital por ANTONIO RAFAEL WANDERLEY CASADO DA SILVA:90240
Dados: 2022.08.26 12:40:52 -03'00'

Dr. Antônio Rafael Wanderley Casado da Silva

Juiz Auxiliar da Presidência em substituição ao Presidente do CGE